



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do
Estado do Rio Grande do Sul
Brasil

Clay, Elizabeth; de Oliveira Chamon, Edna Maria Querido; Magna Rodrigues, Alexandra
Representações Sociais Sobre os Alimentos Orgânicos para Agricultores. Uma Revisão
da Literatura Nacional

Desenvolvimento em Questão, vol. 14, núm. 35, julio-septiembre, 2016, pp. 243-273

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75246032009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Representações Sociais Sobre os Alimentos Orgânicos para Agricultores

Uma Revisão da Literatura Nacional

Elizabeth Clay¹

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon²

Alexandra Magna Rodrigues³

Resumo

Por mais de cinco décadas a Teoria de Representações Sociais (TRS), introduzida por Serge Moscovici, propõe que a interação entre o sujeito, o objeto e a sociedade gera modificações constantes das concepções do grupo, que levam à construção de práticas sociais por esse grupo e que, ao mesmo tempo, influenciam seu comportamento. O objetivo do presente estudo foi revisar a literatura nacional com relação às Representações Sociais (RS) sobre os alimentos orgânicos para os agricultores. A busca de artigos científicos, teses e dissertações foi feita nas bases de dados Scielo, BDTD, Google Acadêmico e Lume, nos últimos 15 anos. Nesse período, a temática mais abordada foi a das RSs por agricultores, com 11 textos versando sobre o assunto. Com relação às RSs sobre alimentos orgânicos, seis textos foram descobertos. Os conteúdos representacionais mais frequentemente encontrados nessa temática foram: “alimentos orgânicos são saudáveis”; “não usam produtos químicos”; “produtos naturais”; “proporcionam a saúde do povo e melhores condições”; “planta sadia”; “adubo orgânico”; “uso de insumos e inseticidas naturais”; “valores éticos e morais”; “proteger a vida”; “saúde da família e dos consumidores”; “nutritivo e não tóxico”; “alimento leve”; “sem veneno, sem conservante”. Esse conteúdo aponta para grandes linhas estruturantes da RS: uma dimensão biológica, associada à saúde e ao saudável; uma dimensão técnica, associada às formas de produção, ao uso de pesticidas e aos métodos orgânicos; e, uma dimensão ética, associada à proteção da vida e da natureza. O estudo aponta também a carência de uma literatura nacional sobre o tema.

Palavras-chave: Representações sociais. Alimentos orgânicos. Agricultura.

¹ Aluna do curso de Nutrição da Universidade de Taubaté (Unitau) e bolsista do Programa de Iniciação Científica do CNPq. eccc82@gmail.com

² Doutora em Psicologia pela *Université de Toulouse II (Le Mirail)*, França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté (Unitau). ednachamon@gmail.com

³ Doutora em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté (Unitau). alexandramrodrigues@yahoo.com.br

SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT ORGANIC FOODS FOR FARMERS: AN OVERVIEW OF BRAZILIAN LITERATURE

Abstract

For over five decades the Theory of Social Representations (TSR), introduced by Serge Moscovici, suggests that the interaction between the subject, object and society generates modifications contained in the conceptions of the group, leading to the construction of social practices by this group and at the same time, influence their behavior. The aim of this study was to overlook the literature regarding Brazilian social representations (SR) about organic foods for farmers. A search of scientific articles within the last 15 years including theses and dissertations was made using Scielo, BDTD, Google Scholar and Lume. During this period, the most discussed topic was SR by farmers, with 11 papers addressing the topic. In relation to SR about organic food, six texts were found. Representational content more often found in this theme was: "Organic foods are healthy"; "Does not use chemicals"; "Natural products"; "Provides for people's health and better conditions"; "Healthy plant"; "Organic fertilizer"; "Use of material and natural insecticides"; "Ethical and moral values"; "Protect life"; "Family health and consumers"; "Nutritious and non-toxic"; "Light food"; "No poison, no preservative". This content points to large structural lines of SR: a biological dimension, associated to health; a technical dimension, associated with forms of production, the use of pesticides and organic methods; and an ethical dimension associated with the protection of life and nature. The study also points out the lack of national literature on the subject.

Keywords: Social representations. Organic food. Agriculture.

Ainda que o termo se preste a diversas interpretações, em razão de seu uso acadêmico, político, econômico ou jurídico, a agricultura familiar pode ser entendida como uma forma de organização da produção na qual os princípios de gestão da produção e do trabalho são baseados nas relações entre membros da família, embora eventualmente complementados pelo trabalho assalariado. Na agricultura familiar, a família se apresenta como proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas (Neves, 2012).

Essa forma de produção tem uma história muito antiga e, a despeito dos avanços tecnológicos e do agronegócio, se mantém como alternativa de produção e reprodução da vida de boa parte da população do campo no Brasil. As reivindicações políticas relacionadas a essa forma de organização produtiva fizeram avançar os direitos dos trabalhadores do campo, transformando a agricultura familiar em política pública, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e da Lei da Agricultura Familiar, em 2006.

A agricultura familiar é normalmente associada a formas alternativas de agricultura, que se opõem à agroquímica e privilegiam o vínculo estrutural entre agricultura e natureza (Petersen, 2012). Dentre essas diversas formas, a agricultura orgânica é das mais conhecidas e praticadas, preconizando a utilização intensa de matéria orgânica (via compostagem, por exemplo) na gestão da fertilidade do solo.

Embora com uma história científica bem-establishada, a agricultura orgânica teve sua influência econômica reduzida, ao longo do tempo, em virtude do crescimento sem precedentes da exploração intensiva e monocultural do solo, via mecanização e processos agroquímicos. A agricultura orgânica terminou, assim, associada à agricultura familiar e a processos quase artesanais de produção.

Construiu-se, dessa forma, no imaginário popular, a noção da agricultura familiar como forma arcaica e ineficiente de produção, e a noção de alimentos orgânicos como produtos saudáveis, mas de produção limitada e artesanal e, por isso mesmo, caros e pouco acessíveis.

Ao mesmo tempo, a temática da agricultura familiar e orgânica relaciona-se, em um cenário bem mais amplo, à saúde da população, ao acesso e à divisão da terra, ao meio ambiente, às desigualdades sociais, aos trabalhadores do campo e ao estado econômico não somente das pessoas envolvidas, mas também do país.

A importância e relevância desse tema no mundo contemporâneo advém da situação de “cultura de oferta” do mundo em que vivemos, como descreve o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2010). O mundo se situa em um momento no qual a cultura é constituída a partir de “ofertas, não de normas” (Bauman, 2010). O que governa as decisões e as atitudes das pessoas hoje em dia é essa noção da necessidade de consumir.

Do ponto de vista deste artigo, ligado à questão da agricultura, é esse conceito que os agentes do agronegócio têm utilizado, com uma visão de concorrer, conquistar e criar novas imagens aos olhos dos consumidores. Nesse processo, que vê a questão agrícola de um ponto de vista exclusivamente econômico, ignora-se as outras dimensões da vida, como o meio ambiente e a sustentabilidade da vida no campo.

Como os agricultores familiares se posicionam nesse caso? A produção de alimentos orgânicos em bases de agricultura familiar busca, de forma limitada, o atendimento de um nicho de mercado com tendências ecológicas ou representa uma forma de resistência do campo contra os modelos do agronegócio?

É na análise desses aspectos, mais precisamente das relações entre agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos, que propomos adotar aqui a perspectiva da psicologia social e, mais especificamente, da Teoria

das Representações Sociais. Assim, interessa-nos discutir de que forma os agricultores representam a agricultura e de que maneira essa representação influencia suas práticas sociais e é influenciada por elas.

Este estudo baseia-se em uma avaliação da produção acadêmica existente no país relativa às Representações Sociais (RS) sobre a agricultura familiar no Brasil e a produção de alimentos orgânicos por parte dos próprios agricultores brasileiros envolvidos nessa produção. Entende-se que essas representações refletem-se nas práticas dos agricultores no que diz respeito à saúde, à divisão da terra, ao meio ambiente, às práticas de manejo do solo, revelando um dos aspectos mais importantes da teoria das representações sociais, que são suas associações e influências recíprocas com as práticas sociais.

O objetivo principal do presente artigo é, portanto, promover uma revisão da literatura nacional sobre as representações sociais de alimentos orgânicos para pequenos agricultores, o que permitirá, subsidiariamente, abordar a atual situação da agricultura familiar e orgânica sob o ponto de vista dos sujeitos do campo que a praticam.

Iniciaremos esse levantamento, então, com a avaliação geral da situação presente da agricultura familiar e da agricultura orgânica. Em seguida, analisamos as relações desses temas com a psicologia social e a teoria das representações sociais, destacando o potencial explicativo da teoria para as relações e as práticas sociais. Finalmente, propomos avaliar a literatura acadêmica existente sobre as representações sociais dos alimentos orgânicos construídas pelos próprios agricultores.

Agricultura Familiar

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define a agricultura familiar nos seguintes termos:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Trata-se, portanto, do pequeno agricultor, dono de seus meios de produção, que atua diretamente na execução do trabalho, essencialmente com sua família, e que retira dessa atividade seus meios de subsistência. É atividade econômica importante, como se verá mais adiante, mas que perdeu sua visibilidade dentro da sociedade atual.

A literatura brasileira sobre o assunto, no entanto, revela uma retomada do interesse pela agricultura familiar e um reconhecimento de sua importância, além da criação de instituições e programas governamentais de apoio a ela. Em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma política pública, foi criado para estimular os agricultores familiares. Em 1998, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criaram-se os mecanismos e os caminhos para que Secretarias de governo pudessem trabalhar com a causa. Esse movimento culminou, em 2006, com a promulgação da Lei da Agricultura Familiar, reconhecendo oficialmente a agricultura familiar como profissão. Novas organizações de representação sindical foram criadas com propostas para consolidar a identidade política de agricultor familiar, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Também foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um refinamento metodológico com os dados do Censo Agropecuário de 2006. A pesquisa não somente incluiu in-

formações sobre as diferentes práticas agrícolas, formas de ocupação da área, manejo e conservação do solo, utilização de agrotóxicos, agricultura orgânica, atividades aquícolas e disponibilidade de água no estabelecimento, mas também sobre a agricultura familiar. Procurou saber quantos são, onde estão e o que está sendo produzido pelos agricultores e empreendedores familiares rurais no Brasil. O IBGE visou a fornecer estatísticas oficiais elaboradas com dados históricos sobre o tema. Essa inclusão e refinamento atestam o crescimento social e econômico da agricultura familiar no país (Instituto..., 2006; Picolotto, 2011). A partir daí, foram atualizadas estatísticas referentes a culturas permanentes e temporárias (área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e valor da produção), mas não há referências para um censo agropecuário mais recente.

As Tabelas 1 a 3 apresentam a distribuição das atividades agropecuárias no país, segundo o Censo Agropecuário de 2006.

Nessas Tabelas percebe-se não apenas o crescimento da importância da agricultura familiar, mas também os problemas, alguns graves, remanescentes no setor.

A Tabela 1 mostra que, em 2006, havia mais de um milhão de crianças com idade inferior a 14 anos trabalhando no campo. Essas crianças são, normalmente, membros de famílias agricultoras sem acesso à educação formal ou, quando matriculadas em escolas, dividindo suas atividades entre o estudo e o trabalho na lavoura.

A Tabela 2 mostra que o número de estabelecimentos agropecuários dedicados à lavoura (permanente e temporária) – relativo às categorias “Assentado sem título definitivo”, “Arrendatário”, “Parceiro” e “Ocupante” – corresponde a 26% do número de estabelecimentos da categoria “Proprietário”. Isso aponta para uma grande fragmentação dos estabelecimentos agropecuários em relação ao tipo de posse/propriedade.

A Tabela 3 mostra a relação de área ocupada para as mesmas categorias já indicadas. Aqui, as áreas de cultivo (lavouras permanentes e temporárias) relativas às categorias “Assentado sem título definitivo”, “Arrendatário”, “Parceiro” e “Ocupante”, representam apenas 16,7% da área relativa à categoria “Proprietário”, apontando para a concentração latifundiária de terras no país.

Tabela 1 – Distribuição de indivíduos por sexo, segundo a ocupação na agropecuária

Pessoal Ocupado	Homens	Mulheres
Total	11.515.717	5.052.488
De 14 anos e mais	10.919.778	4.586.121

Fonte: Censo Agropecuário 2006, adaptado pelos autores.

Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos na agropecuária, segundo o tipo de utilização

Utilização	Proprietário	Assentado sem título definitivo	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras – permanentes	1.288.463	50.114	21.327	36.876	83.471
Lavouras – temporárias	2.367.309	127.373	1980.668	106.777	335.231
Lavouras – área plantada com forrageiras para corte	474.481	16.837	8.982	2.438	18.655
Lavouras – área para cultivo de flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	9.419	328	648	108	572
Matas e/ou florestas – naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	991.052	46.473	23.790	6.410	29.865
Matas e/ou florestas – naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	864.662	45.252	14.374	6.103	44.923
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	405.806	9.831	8.401	2.453	13.420
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	64.677	2.361	1.050	405	3.318

Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	419.171	13.934	7.752	3.283	22.787
Total	3.946.411	189.193	230.121	142.534	412.358

Fonte: Censo Agropecuário 2006, adaptado pelos autores.

Tabela 3 – Área dos estabelecimentos em hectares, segundo o tipo de utilização

Utilização	Proprietário	Assentado sem título definitivo	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Lavouras – permanentes	10.865.646	224.624	183.646	155.026	250.210
Lavouras – temporárias	37.383.442	771.649	4.446.951	908.049	1.098.952
Lavouras – área plantada com forrageiras para corte	4.026.167	58.116	56.892	9.443	53.156
Lavouras – área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação	90.376	1.398	5.355	840	2.638
Matas e/ou florestas – naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	54.193.453	818.513	1.449.481	166.146	1.005.596
Matas e/ou florestas – naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	9.355.696	224.930	121.699	19.511	183.778
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	1.249.295	15.170	43.735	5.037	20.653
Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	745.796	13.400	11.443	2.139	23.220
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	5.769.272	82.127	100.269	165.197	22.787
Total	310.515.259	5.758.341	9.055.047	1.985.839	6.365.352

Fonte: Censo Agropecuário 2006, adaptado pelos autores.

Apesar de avanços importantes e reais em um período relativamente curto, ainda existem problemas sérios e preocupações relevantes no desenvolvimento e apoio dado aos vários aspectos da agricultura familiar e também na área da Reforma Agrária, que por sua vez está ligada à agricultura familiar, e deve contribuir para seu crescimento, prosperidade e reconhecimento no Brasil.

Durante o Congresso da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), em 2013, a importância da implementação dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do macrossetor rural, que ainda não existe, foi ressaltada, para que os agricultores possam ter um momento e um espaço comum para discutir, trocar experiências, enfrentar os desafios e desenvolver cada vez mais suas ações (Federação..., 2013). A coordenação da Fetraf e da Reforma Agrária tem mostrado que existem questões preocupantes com relação ao acesso à terra, dando importância a uma política de divisão de terras justa para as famílias de agricultores. O atual processo de assentamento é lento, em média sete anos, e são necessárias respostas mais rápidas para atender às necessidades dessas famílias. Paralelamente, a coordenação de Reforma Agrária chama atenção para os problemas que ocorrem depois que os agricultores conseguem as terras. Encaram problemas com a canalização da água, construção de rodovias e a comercialização dos produtos, além da necessidade de assistência técnica para as famílias de agricultores (Federação..., 2013).

Igualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fornece um olhar importante para os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil. O MST tem em sua pauta três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar para uma sociedade mais justa e fraterna. O movimento busca uma ação política e acredita que a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra e produzindo alimentos, seria sua colaboração mais eficaz para efetuar um projeto de agricultura popular (Movimento..., 2009).

Atualmente, de acordo com o secretário nacional do MST, o agronegócio e os latifúndios representam obstáculos ao processo de Reforma Agrária. O apoio constante dos governos para o agronegócio acaba instituindo o modelo das empresas transnacionais, criando um desvio no foco do capital financeiro e atenção dada às terras. Foi constatado que essa paralisação na Reforma Agrária tem deixado 150 mil famílias acampadas em situação do que é considerada pobreza extrema (Movimento..., 2013a).

O cenário é preocupante, uma vez que falta apoio e responsabilidade por parte do governo federal, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Poder Judiciário. O MST relata que o Incra parou sua política de formação de assentamentos para resolver os conflitos gerados pelos movimentos sociais. O Poder Judiciário congelou o andamento dos processos de desapropriação de áreas improdutivas. De acordo com o IBGE/Censo de 2010, dos 523 processos envolvendo a reforma agrária no Brasil, 234 se encontram parados na Justiça Federal. Permanecem 69.233 grandes propriedades improdutivas no país, que correspondem a 228 milhões de hectares de terra e que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária (Movimento..., 2013b), de acordo com o princípio constitucional da função social da terra (Constituição Federal: art. 5º, inciso XXIII; art. 170, inciso III; e, particularmente, art. 184).

O MST também critica o Pronaf, declarando que o Programa não consegue fornecer ajuda suficiente para a Reforma Agrária e também para a agricultura familiar, afirmando que o Programa não atende as especificidades desse público, pois dois milhões de agricultores familiares pobres estão mantidos fora do acesso a crédito. Pela falta de investimento público nessas áreas, que forneceria benefícios considerados básicos como moradia, saneamento básico, escola e hospital, o avanço da agricultura familiar é afetado drasticamente, assim como sua valorização. A paralisação da ação política pública aumentou as ações dos latifundiários, cujas iniciativas agredem a Reforma Agrária, desmantelando as conquistas com a função social da propriedade e com os direitos dos trabalhadores (Movimento..., 2013b).

Outro problema enfrentado e que merece destaque, são as ações do agronegócio na flexibilização do uso de agrotóxicos nas lavouras no Brasil. O agronegócio trabalha para liberar substâncias impedidas na Europa, nos Estados Unidos e em outros países. Dados oficiais constataam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos no mundo desde 2009, com mais de um bilhão de litros utilizados anualmente nos cultivos (Movimento..., 2013b).

A ação hegemônica do agronegócio reflete-se em sua capacidade de monopolizar a terra e conformá-la a seu modelo, aumentando a desigualdade, os riscos ao meio ambiente e a atração da ajuda de órgãos e de recursos existentes para a agricultura no Brasil.

A empresa Veracel, por exemplo, instalada no município de Mascote, no interior da Bahia, trabalha com celulose branqueada, produzida a partir da fibra curta, extraída do eucalipto. A plantação de eucalipto, para fins de produção de celulose, causa destruição total das nascentes e da biodiversidade no local, mortes de animais e diminui drasticamente o número de trabalhadores (em cada 180 hectares de eucalipto, somente uma pessoa trabalha, e em cada 20 hectares da agricultura familiar, cinco pessoas trabalhariam). Uma das consequências potenciais dessa atividade é o término da produção de alimentos saudáveis para as cidades na área (Associação..., 2010; Movimento..., 2013c).

Essa estruturação das plantações monocultivadas põe em risco os modos de vida das populações na área, rompendo laços e redes familiares e afetando os comportamentos do dia a dia.

A economia também não fica imune às consequências deste tipo de agricultura. Na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul existe uma rica história de pecuária extensiva que se encontra, hoje, em situação difícil, em parte em razão da degradação dos campos, da dependência de insumos agrícolas e do alto valor dos preços desses insumos. Há uma preocupação real de quebra de duas tradições produtivas: a pecuária extensiva e a produção da agricultura de subsistência (Binkowski, 2009).

Esses exemplos marcam a importância da contribuição dos pequenos produtores familiares, que são responsáveis pela segurança alimentar e nutricional do país. Conforme dados do IBGE (2006), os pequenos produtores familiares são responsáveis por 67% da produção nacional de feijão, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café e 32% da soja. Esse mesmo censo agropecuário também mostra que pequenos produtores ocupam 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais e correspondem a 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura (Leão; Vital, 2010).

Agricultura Orgânica

A compreensão de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial envolve os sistemas designados biodinâmico, ecológico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura (Brasil, 1999; Brasil, 2003). De acordo com a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a agricultura orgânica possui como finalidades:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III – incrementar a atividade biológica do solo;

IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

O alimento orgânico não contém insumos artificiais como agrotóxicos, hormônios, antibióticos, adubos químicos, drogas veterinárias e organismos geneticamente modificados. No processamento dos alimentos não é aceitável o uso das radiações ionizantes e aditivos químicos sintéticos (Brasil, 1999; Brasil, 2003).

A agricultura orgânica tem um papel pertinente no mundo inteiro por seu impacto em várias áreas, como condições sociais, saúde, qualidade de vida, economia e sustentação do meio ambiente. A evolução do sistema agroalimentar, ao longo da história, permite entender a persistência e a evolução da agricultura orgânica e seus impactos no mundo atual.

Em uma das muitas periodizações históricas possíveis, pode-se dividir a história em duas revoluções agrícolas. A primeira está associada à transformação do trabalho manual para as fábricas na Primeira Revolução Industrial. Essa primeira Revolução Agrícola, do século 18 e início do século 19, aumentou a produção de alimentos para atender a população urbana que estava crescendo rapidamente por causa da Primeira Revolução Industrial. Por um lado, foi um acontecimento importante para a qualidade da civilização humana, reduzindo a escassez crônica de alimentos. Esse aumento de produção também teve por objetivo fortalecer as indústrias emergentes. Foi, também, um momento de importância histórica com os alimentos considerados “externos”, alimentos de novos mundos, como especiarias. São importantes para a cena atual porque foi essa demanda que provocou o aparecimento de impérios coloniais, e que também deu mais espaço e abertura para o capitalismo. Foi o trabalho escravo e as colônias dessa época que incrementaram as primeiras cadeias de *commodities*.

A segunda Revolução Agrícola é marcada, principalmente, pelo crescente conhecimento dos nutrientes e de suas funções na produção agrícola. Esse aumento gradual e constante de novos conhecimentos, não somente em relação aos alimentos em si, mas comumente para toda a Revolução Industrial, criou um espaço ideal para o ser humano poder exercer seu poder e controle sobre a natureza em geral e sobre a produção alimentar em especial. A fragmentação do conhecimento e a superespecialização das disciplinas que ocorrem nessa época impedem uma visão mais integrada da natureza e do meio ambiente. Além disso, os avanços científicos dos séculos 18 e 19 foram capturadas pelo capitalismo crescente e tornados a seu favor.

De fato, como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2000), no século 18 a racionalidade científica desafiou dogmas da Igreja e criticou as justificativas naturais para a hierarquia social. O desenvolvimento do capitalismo de mercado, entretanto, instrumentalizou a ciência moderna, que se tornou a principal força produtiva. Domínio da ciência, domínio do mercado e desenvolvimento tecnológico (ciência convertida em força produtiva) são as condições que levaram ao processo histórico de predomínio de uma visão mais estreita e instrumental da natureza. Essa visão marca a restrição da agricultura a sua dimensão econômica, com consequências na concepção da agricultura. Em nome da eficiência, sistemas monocultores foram privilegiados na construção da agricultura moderna, o que levou à necessidade de agroquímicos (Mazzoleni; Nogueira, 2006).

Começa, então, o uso de adubação química com fertilizantes nitrogenados solúveis, com consequências prejudiciais para o solo, tornando-o pobre em matéria orgânica e reduzindo a resistência da planta às pragas. Nessa época, no entanto, essas ações propiciaram um aumento acentuado da produtividade. Essa alta produtividade associada aos avanços tecnológicos (fertilizantes químicos, melhoramento genético e mecanização), recebeu o nome de Padrão Técnico Moderno de agricultura e produção de alimentos,

e tem papel importante na situação atual que o mundo enfrenta em relação não somente à agricultura orgânica, mas também à agricultura familiar (Azevedo, 2006).

O Padrão Técnico Moderno carrega consigo impactos negativos no ambiente e na vida social que acabam tendo um efeito profundo na agricultura. A agricultura, quando dirigida pelo Padrão Técnico Moderno, tem somente seu foco na alta produção e na economia de escala. Esse foco tem levado à expulsão do agricultor familiar em razão da redução da necessidade de mão de obra e inflação no preço da terra, provocando conflitos fundiários severos, como se vê no Brasil, onde a desigualdade e a pobreza foram negativamente afetadas pelo incentivo da modernização da grande propriedade (Azevedo, 2006).

O Padrão Técnico Moderno gerou graves consequências, que podem ser analisadas em três perspectivas. Primeiramente, a perspectiva econômica. Nesse caso, há um efeito direto na maneira como as atividades de produção estão abordadas e cumpridas. Por sua superprodução, a execução da produção agrícola foi drasticamente modificada. A segunda é a perspectiva social. Por causa das modificações na produção, houve diminuição na necessidade da força de trabalho. A terceira é a perspectiva ambiental. A superprodução levou ao uso exagerado dos insumos químicos fornecidos pelas indústrias, possivelmente prejudicando a disponibilidade de recursos naturais (Azevedo, 2006).

Até a década de 20, o ocidente estava concentrado no crescimento econômico mais do que qualquer outra coisa, ignorando uma expansão inclusiva que poderia estimular a geração de conhecimentos para uma produção agrícola menos agressiva ao meio ambiente e desprezando os aportes de um sistema produtivo alternativo como a agricultura familiar (Mazzoleni; Nogueira, 2006).

No começo do século 20, no Brasil, algumas escolas de agronomia e institutos de pesquisas foram estabelecidos com um objetivo dirigido por ideais agrônômicos utilizando recursos biológicos e vegetativos. A influência e poder das pesquisas e da educação dos Estados Unidos, contudo, desviaram esses avanços e interesses (Ehlers, 1994).

Não obstante, houve movimentos para mudar a direção dos conceitos em agricultura na década de 20, com Alemanha e Áustria iniciando a agricultura biodinâmica. Na década seguinte, o Japão desenvolveu a agricultura natural, enquanto a Suíça e a Áustria introduziram a agricultura organo-biológica. Foi também na década de 30 que apareceu a agricultura orgânica na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. O objetivo de todas essas novas linhas na agricultura foi o mesmo: respeitar o meio ambiente. Não se tratava mais de tentar controlar ou dominar a natureza, mas de trabalhar junto com ela. Esse desenvolvimento, entretanto, acabou gerando a chamada Revolução Verde. A Revolução Verde abarcou o setor industrial agrícola e os setores da química, da genética e da mecânica nos anos de 1960 a 1970, e resultou em um conjunto de fatores favoráveis aos sistemas monoculturais.

Mais uma vez o capitalismo amplia suas bases para absorver e converter toda forma de discordância, transformando-a em aliada e em nova força para sua própria promoção (Roszak, 1972). Todos os desenvolvimentos foram apresentados como a forma definitiva de se derrotar a miséria, impulsionando os países subdesenvolvidos a se envolverem o máximo possível nessa tarefa. Ao invés de abraçar a agricultura orgânica e a luta por um sistema saudável para todos, porém, elas foram desconsideradas rapidamente, voltando-se para uma visão estreita mais uma vez. A produção tornou-se padronizada e foi reduzida a um modelo simples e compacto, facilitando seu uso no campo da agricultura. A Revolução Verde veio com suas implicações negativas e grandes turbulências no meio ambiente, tais como

a erosão e a perda da fertilidade dos solos; destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos e da água, dos animais silvestres, do homem, do campo e dos alimentos (Ehlers, 1994, p. 24).

Esses efeitos provocaram uma contrarreação e, dada a divulgação dessas consequências, vários países começaram a questionar o modelo agrícola hegemônico, gerando novamente interesse para agricultura orgânica. Nos Estados Unidos esse movimento acontece nos anos 80; no Brasil nos anos 90. A partir daí, a agricultura orgânica ganha novo impulso não somente para seus aspectos ecológicos, mas também para a dimensão econômica, da saúde e qualidade de vida e justiça social (Azevedo, 2006; Ehlers, 1994).

Azevedo (2006) argumenta que sistemas agrícolas comprometidos com a questão da sustentabilidade trabalham aspectos mais abrangentes, para além do econômico, incluindo, em seus objetivos, o equilíbrio ambiental, e não se adaptam a uma estrutura baseada em produção de grande escala pelo trabalho assalariado. Formas de agricultura que trabalham métodos ecologicamente corretos para “a interação da pecuária com a agricultura, a rotação de culturas, o controle de pragas e doenças” (Azevedo, 2006, p. 75), são mais viáveis em uma estrutura menor, de trabalho familiar, pois exigem uma visão mais familiarizada e uma atenção constante dos trabalhadores com tais aspectos. A agricultura orgânica depende do conhecimento e da experiência do agricultor familiar, um conhecimento tradicional e de senso comum, que cria novas ruralidades, isto é, novas formas de produzir e viver o campo. Os benefícios desse olhar e dessa ação resultam também em um ambiente mais organizado, mais equilibrado e mais solidário, provocando mudanças positivas na saúde da população, no cenário social, no desenvolvimento de uma sustentabilidade real e na qualidade de vida (Azevedo, 2006; Mazzoleni; Nogueira, 2006).

Conhecimento, Psicologia Social e Representações Sociais

É a partir dessas considerações sobre agricultura familiar e orgânica que construímos a ligação entre a psicologia social e a agricultura. Essa associação fica clara quando avaliamos seu potencial explicativo das relações presentes na sociedade. A psicologia social estuda não somente a forma como as pessoas constroem e representam o conhecimento, mas também de que maneira e por que elas compartilham esse conhecimento, construindo uma realidade comum, permitindo que ideias sejam postas em prática (Moscovici, 2012).

Assim, a psicologia social adota a ideia de que o conhecimento está sempre sendo construído e produzido por meio da interação e da comunicação. É no contexto no qual as pessoas estão situadas que surge o conhecimento, causando uma união entre a satisfação ou frustração, e os interesses e desejos. Esses interesses e desejos acabam alterando a expressão do conhecimento, afirmando que ele é fruto de um grupo específico de pessoas que se situam em circunstâncias específicas, andando na direção de uma meta estabelecida (Bauer; Gaskell, 1999).

Moscovici reconheceu que o ambiente social não é composto simplesmente de indivíduos e de grupos sociais, mas também de objetos sociais (pelos quais se interessam grupos e indivíduos) e das relações entre eles. Essa interação acaba modificando esses indivíduos e grupos.

Podemos entender uma representação social como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma orientação prática e colaborando na construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 36, tradução nossa).

As representações sociais operam como reguladoras dessa interação, na medida em que o conhecimento construído pelo grupo social sobre um objeto dá origem às representações sociais, ao mesmo tempo em que as representações sociais orientam a forma de conhecer do grupo social.

A teoria das representações sociais afirma que não existe um dualismo entre o universo interno e externo de um indivíduo; o sujeito, objeto e sociedade são interligados na composição das próprias realidades sociais do indivíduo. Moscovici propõe que a interação entre esses fatores gera modificações constantes das concepções do grupo, que levam à construção de práticas sociais por esse grupo e que, ao mesmo tempo, influenciam seu comportamento (Deschamps; Moliner, 2009).

Trata-se de uma teoria de grande alcance, aplicável a diversas áreas de estudo do comportamento humano. Na área de ciências sociais, a identificação e aprofundamento das representações sociais existentes são fundamentais na compreensão das práticas sociais, do saber e do senso comum partilhados pelos membros de um mesmo grupo sobre um objeto. A esse respeito, Edgar Morin escreve:

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras; comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação à ligação, da ligação à separação, e, além disso, da análise à síntese, da síntese à análise. Ou seja: o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese (2001, p. 24).

A questão fundamental aqui é a das formas de conhecimento outras, além do chamado conhecimento científico. Essas outras formas de conhecimento – popular, tradicional, de senso comum, religioso, místico – que sempre existiram e que são utilizadas no cotidiano para avaliar situações, julgar comportamentos e dirigir ações, alimentam as representações sociais e são alimentadas por elas.

Um grupo retrabalha e comunica as práticas sociais e os conhecimentos, aí incluídos os conhecimentos científicos, reorganizando suas formas de pensar e sentir. Essa reconstrução retorna e opera sobre as práticas sociais,

orientando as crenças e os valores e dirigindo a ação do grupo. Esse é o fenômeno que se busca entender no caso das representações sobre alimentos orgânicos para os agricultores.

A opinião e o interesse sobre o alimento orgânico para os agricultores podem contribuir na construção de estratégias para apoio da agricultura familiar orgânica e na mudança de atitudes e práticas da população em geral relativamente aos padrões hegemônicos de agricultura.

Na compreensão das relações e dos conceitos que os agricultores têm sobre a agricultura orgânica e em sua ligação com a agricultura familiar, é importante levar em consideração os aspectos que formaram o indivíduo (nesse caso, os agricultores). A história cultural e a experiência de grupo, criando conexão e pertencimento ao meio, molda o conhecimento e as ações dos agricultores em relação ao assunto (Silva; Silva Jr., 2010).

Identificar e compreender as representações sociais já existentes na literatura nacional é um primeiro passo para estabelecer e organizar o conhecimento existente sobre o tema, permitindo avançar na tanto na construção teórica como na proposição de políticas de apoio à atividade agrícola familiar e orgânica.

Método

O levantamento realizado, que serviu de base para a análise que segue, foi feito a partir de uma busca de artigos científicos, Teses e Dissertações realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* – <<http://www.scielo.br/>> (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – <<http://bdtd.ibict.br/>> (BDTD) e o site de busca especializado Google Acadêmico (<<https://scholar.google.com.br/>>). Essas bases foram utilizadas em razão de sua abrangência e acessibilidade. A busca estendeu-se pelo período referente aos últimos 15 anos (2000-2014).

Na procura utilizou-se expressões e palavras-chave relacionadas às representações sociais sobre alimentos orgânicos por agricultores. A fim de ampliar a busca, estendeu-se a coleção de palavras-chave para abarcar conceitos correlatos de psicologia social, como percepção, atitude e identidade. Investigou-se, também, textos de representações sociais sobre agricultores e de temas relacionados à representação social da agricultura, alimentação, desenvolvimento sustentável e rural. Foram encontrados um total de 23 textos com a distribuição indicada na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição de textos segundo palavras-chave

Representações sociais, percepções e atitudes sobre agricultores	5
Representações sociais, percepções e atitudes sobre alimentos orgânicos	9
Representações sociais, percepções e atitudes sobre alimentação, desenvolvimento sustentável e rural	9

Fonte: Elaborada pelos autores.

As referências a esses textos encontram-se no final do trabalho, na seção “Trabalhos Pesquisados”.

A partir dos resultados dessa busca, os textos foram avaliados segundo três aspectos: abordagem teórica, abordagem metodológica e análise de resultados. A análise restringiu-se aos textos que tratavam especificamente do objetivo desta pesquisa, ou seja, da representação social de alimentos orgânicos.

Representações Sociais Sobre Alimentos Orgânicos Para Agricultores – Uma revisão da literatura nacional

A primeira constatação a ser feita sobre a literatura acadêmica relativa a essa temática diz respeito à pequena quantidade de textos encontrada. Mesmo ampliando a busca, como se verá a seguir, incluindo-se outros grupos e temáticas laterais, o resultado foi ainda bastante limitado. Isso indica não apenas que o tema é pouco explorado, o que é evidente, mas principalmente que o potencial de análise da questão dos alimentos orgânicos a partir da

perspectiva da psicologia social ainda não foi devidamente apreciado. As questões relativas à agricultura em geral e à agricultura orgânica em particular são objeto de estudo de outras áreas acadêmicas, como a sociologia, a economia e as ciências ambientais. A psicologia social, em especial a teoria das representações sociais, tem foco em outras aplicações, como educação, saúde, família, gênero, linguagem, política, etc. (vide, por exemplo, os eixos temáticos privilegiados na Jornada Internacional sobre Representações Sociais, importante evento realizado bianualmente no país). Dada a importância da temática da agricultura orgânica e o potencial da teoria das representações sociais, tem-se aí uma via promissora de estudos ainda pouco explorada.

Considerando agora a busca propriamente dita, já em sua forma ampliada, a temática das representações sociais sobre agricultores por diferentes grupos sociais foi representada por cinco textos. Com relação às representações sociais sobre alimentos orgânicos para os agricultores, temática central do estudo, foram encontrados nove textos. Finalmente, para textos relacionados às representações sociais sobre alimentação, desenvolvimento sustentável, o rural e a natureza, entre outros, foram encontrados nove trabalhos.

Quanto à abordagem teórica empregada nos trabalhos analisados, encontrou-se duas formas principais de tratar a teoria das representações sociais: a abordagem do campo estruturado, originalmente desenvolvida por Serge Moscovici e trabalhada pelo grupo da EHESS (*Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales*), Paris/França, e a abordagem do núcleo estruturante, desenvolvida por Claude Abric e trabalhada pelo grupo de Aix-en-Provence, França. Enquanto a primeira abordagem segue uma linha de estudos sobre a gênese das representações, estudando sua organização e seus processos geradores, a segunda segue uma linha estrutural, com a análise de um núcleo central estruturante da representação social e um sistema periférico de relação mais direta e imediata com o meio (Jodelet, 1989).

Quanto à metodologia empregada, encontrou-se uma variedade grande de métodos e técnicas, a maior parte baseada em técnicas de entrevista, associadas a análises de conteúdo.

Finalmente, quanto aos conteúdos representacionais mais frequentemente encontrados na temática em foco, ou seja, representações sociais sobre os alimentos orgânicos para os agricultores, relativa aos seis textos encontrados, tem-se: “alimentos orgânicos são saudáveis”; “não usam produtos químicos”; “produtos naturais”; “proporcionam a saúde do povo e melhores condições”; “planta sadia”; “adubo orgânico”; “uso de insumos e inseticidas naturais”; “valores éticos e morais”; “proteger a vida”; “saúde da família e dos consumidores”; “nutritivo e não tóxico”; “alimento leve”; “sem veneno, sem conservante”.

Uma meta-análise desses conteúdos representacionais sugere a existência de quatro eixos ou fatores em torno dos quais se organizam as representações sociais dos agricultores sobre o objeto “alimentação orgânica”. Esses eixos (ou classes, em uma linguagem de análise de conteúdo) caracterizam os discursos sobre alimentação orgânica. Essas classes estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Organização das representações sociais sobre alimentos orgânicos

Classe	Conteúdo da classe
Biológica	<ul style="list-style-type: none"> • “alimentos orgânicos são saudáveis” • “proporcionam a saúde do povo e melhores condições” • “saúde da família e dos consumidores” • “alimento leve” • “nutritivo e não tóxico”
Técnica – agrotóxico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “não usam produtos químicos” ✓ “sem veneno, sem conservante”
Técnica – orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • “uso de insumos e inseticidas naturais” • “adubo orgânico” • “planta sadia” • “produtos naturais”
Ética	<ul style="list-style-type: none"> ✓ “proteger a vida”; ✓ “valores éticos e morais”

Fonte: Elaborada pelos autores.

Essa meta-análise tem alcance limitado em razão das condições e grupos sociais diferentes analisados nos diferentes textos. Ela, no entanto, pode orientar pesquisas futuras, servindo de hipótese preliminar de trabalho sobre os eixos em torno dos quais se agrupam as representações sociais dos agricultores.

Além da análise com as representações sociais, os textos descreviam o contexto de trabalho dos agricultores, sujeitos das pesquisas. Foi bastante comum encontrar uma mescla de modelos de agricultura entre a maioria das práticas dos agricultores. São utilizadas muitas técnicas convencionais associadas a aspectos de agricultura sustentável que, como já destacado, têm uma ligação direta com a agricultura orgânica. Isso indica iniciativas positivas tomadas pelos pequenos agricultores, mas não o suficiente para que os produtores desenvolvam ações organizadas para a prática de uma agricultura sustentável, o que já havia sido constatado por Silva e Silva Jr. (2010).

Houve, também, referência pelos agricultores sobre a necessidade de mais apoio para suas atividades, incluindo educação, treinamento e suporte técnico. As ações do poder público estão presentes, mas ainda são insuficientes para atingir um modelo completo de agricultura orgânica. Os agricultores requerem e reconhecem a necessidade de mais organização entre eles por meio de associações, o que confirma os achados de outros pesquisadores (Badue, 2007; Silva; Silva Jr., 2010).

Conclusão

Este trabalho buscou localizar, classificar e analisar os estudos acadêmicos existentes sobre a temática da alimentação orgânica e a forma como ela é representada pelos agricultores.

O estudo mostrou, inicialmente, um pequeno número de trabalhos, indicando uma carência de uma literatura nacional sobre o tema. Dado os aportes possíveis da psicologia social (e da teoria das representações sociais) para a análise da realidade dos agricultores e da alimentação orgânica, essa carência aponta para uma agenda ainda por desenvolver no país.

Considerando a importância do tema ante o impacto da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar nacional na saúde da população, na geração de renda, no desenvolvimento local e regional e na preservação do meio ambiente, a agricultura familiar e orgânica merece uma abordagem multidisciplinar, para a qual a psicologia social pode contribuir de forma substantiva.

De fato, as representações sociais apontam para as grandes linhas estruturantes que vão contribuir para a compreensão dos modos de pensar e agir do agricultor, que é o objeto último de qualquer política pública nessa área. Daí a relevância dos estudos psicossociais sobre os agricultores e a produção/alimentação orgânica.

A meta-análise realizada mostra a existência de três grandes dimensões estruturantes das representações sociais dos agricultores: uma dimensão biológica, associada à saúde e ao saudável; uma dimensão técnica, associada às formas de produção, ao uso de pesticidas e aos métodos orgânicos; e uma dimensão ética, associada à proteção da vida e da natureza.

O trabalho buscou promover uma compreensão e discussão do assunto com base nas ferramentas teóricas e metodológicas da psicologia social, impulsionando o reconhecimento de possíveis apropriações consideradas contributivas para a pesquisa na temática da agricultura familiar e orgânica, com impactos potenciais não apenas no desenvolvimento teórico da questão, mas também na orientação de políticas públicas para o setor.

Trabalhos Pesquisados

AGUIAR, Audry Merlin Leonardi de. *O desafio do associativismo na agricultura familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco – PR*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2007.

ALLES, Jair Miguel. *Políticas públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ALVES, Carla Freitas. *Agricultura ecológica: do engajamento possível à retribuição esperada: um estudo dos agricultores ecologistas de Antônio Prado e Ipê-RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ALVES, Hayda Josiane; BOOG, Maria Cristina Faber. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. *Revista Nutrição*, Campinas, 21(6):705-715, nov./dez. 2008.

AZAMBUJA, Simone Portela de. *Representações e práticas socioambientais: o caso dos agricultores ecologistas da Aecia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BADUE, Ana Flávia Borges. *Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAUER, Márcio André Leal. *A construção social da identidade: um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GALVÃO, Maryanne Rizzo Correa da Costa. *A natureza na representação social de produtores de soja no Mato Grosso*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GASTAL, Marcelo Leite. *A representação social do desenvolvimento rural sustentável construída por assentados: o caso do projeto Unaf*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008.

GEHLEN,IVALDO. *Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. 2006. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel. *A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; DUTRA, Carina; DOULA, Sheila Maria. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, v. 24, n. 3, p. 405-418, set./dez. 2012.

MARTINS, Leila Chalub. *Entre o plantar e o colher: representações e saberes envolvidos na extensão rural*. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

MARTINS, Márcia Eliana. *O cooperativismo de crédito solidário e as representações sociais da cooperação nos municípios de Araponga e Tombos (MG)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEDEIROS, Sonise dos Santos. *Representações e práticas tradicionais diante da inovação tecnológica: dimensões socioambientais do caso da pecuária bovina de leite*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008.

MENASCHE, Renata. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Auto-consumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista Nutrição*, Campinas, n. 21 (Suplemento), p. 145-158, jul./ago. 2008.

PALHANO, Helcimar Barboza. *Representações sociais sobre saúde e doença e indicadores bioprodutivos na produção familiar de leite do município de Rio das Flores, RJ*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PAULA, Ricardo Murilo. *Representações sociais sobre orgânica de estudantes de Ensino Médio na cidade de Jundiaí*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHNEIDER, Carlise Porto. *Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) no Vale do Rio Pardo/RS*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Adilson José da; SILVA JR., Milton Ferreira. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal – Salinas, Minas Gerais. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia (MG), vol. 22, n. 3, p. 525-538, dez. 2010.

VILLABERDE, Maria Sérgia. *Agricultura familiar e meio ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental*. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ZANGARO, Luciana Cristina Moura. *A agricultura familiar em Londrina: um olhar sobre a diversidade*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

Referências

AZEVEDO, E. *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana ambiental e social*. Tubarão, SC: Unisul, 2006.

BADUE, A. F. B. *Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros*, SP. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAUER, M.; GASKELL, G. Towards a Paradigm for Research on Social Representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 29, n. 2, p. 163-186, 1999.

BAUMAN, Z. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BINKOWSKI, P. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “metade sul” do Rio Grande do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas – Desenvolvimento rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL. Bracelpa. *Veracel*. 2010. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/73>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. Instrução Normativa n. 007 de 17 de maio de 1999. Estabelece normas para produção de produtos orgânicos vegetais e animais. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 94, Seção 1, p. 11-19. maio 1999.

_____. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 250, Seção 1, p. 8. dez. 2003.

DESCHAMPS, J.-C.; MOLINER, P. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

EHLERS, E. M. *O que se entende por agricultura sustentável?* 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. Fetraf. *Painel do desenvolvimento rural, sustentável e solidário*. 2013. Disponível em: <<http://www.fetraf.org.br/agencia-de-noticias/486/painel-do-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-solidario>>. Acesso em: 20 jun. 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

LEÃO, E. L. S.; VITAL, T. W. *Evolução e situação atual da agricultura de base ecológica em Pernambuco*. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/392.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 263-293, 2006.

MORIN, E. *O método: as idéias: habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina. 2001.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOVIMENTO DOS SEM TERRA. MST. 2009. *Nossos objetivos*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7703>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. *O Incra não é responsável pela Reforma Agrária no PA*”, diz presidente do órgão. 2013a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15457>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. *17 anos do Massacre de Carajás e a ofensiva contra a Reforma Agrária*. 2013b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/14722>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. 2013c. *Movimentos sociais ocupam área explorada pela Veracel em Mascote (BA)*. 2013c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15464>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

PETERSEN, P. Agriculturas alternativas. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROSZAK, T. *A contracultura*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1972.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2000. V. 1.

SILVA, A. J.; SILVA JR., M. F. S. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal – Salinas, Minas Gerais. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 524-538, 2010.

Recebido em: 22/6/2014

Accepto em: 27/10/2015